



*Artículos y Ensayos*

---

**POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS EDUCACIONAIS DO PORTUNHOL:  
A LÍNGUA QUE SILENCIA**

EDIRENE SILVA FREITAS

**RESUMO**

O presente artigo visa o estudo do cenário sociolinguístico inextricável de fronteira e as políticas educacionais que privilegia a homogeneidade linguística. Na fronteira Brasil Uruguai o contato das línguas, português e espanhol originou uma fusão de letos, diversidades linguísticas, surgindo assim um terceiro código, o Portunhol denominado de dialetos portugueses do Uruguai. Essa situação citada acima representa um caso de Hibridismo e bilinguismo com diglossia. O aluno que tem como língua materna o dialeto portunhol apresenta uma linguagem híbrida, teoricamente estigmatizada no contexto escolar, o que normalmente provoca silêncio, insucesso escolar, baixa autoestima e quase sempre evasão escolar. No Brasil e no Uruguai as línguas oficiais são, respectivamente, o português e o espanhol, as políticas linguísticas

são direcionadas para o monolíngüístico.

Conseqüentemente, as práticas são orais, especificamente a variedade híbrida é bastante rara na forma impressa.

**Palavras-Chaves:** Fronteira Brasil Uruguai, contato linguístico, hibridismo.

**POLÍTICAS DE LENGUAJE EDUCATIVO  
PORTUNHOL: EL LENGUAJE QUE  
SILENCIA**

**RESUMEN**

El presente artículo se refiere al estudio del escenario sociolinguístico inextricable de frontera y las políticas educativas que privilegia la homogeneidad lingüístico. En lenguas de contacto fronterizas Brasil Uruguay, portugués y español dio lugar a una fusión de letos, diversidad lingüística, lo que resulta en un tercer código, Portunhol llama dialectos portugueses del Uruguay. Esta situación citada



arriba representa un caso de hibridismo y bilingüismo con diglossia. El estudiante que tiene como lengua materna el dialecto portunhol presenta un lenguaje híbrida, teóricamente estigmatizado en el contexto escolar, lo que normalmente provoca silencio, fracaso escolar, baja autoestima y casi siempre evasión escolar. En Brasil y Uruguay las lenguas oficiales son, respectivamente, el portugués y el español, políticas lingüísticas se dirigen a la monolingüismo. En consecuencia, las prácticas son orales, específicamente la variedad híbrida es bastante rara en la forma impresa.

**Palabras-Claves:** Frontera Brasil Uruguay, contacto lingüístico, hibridismo.

## **EDUCATIONAL LINGUISTIC POLITICS OF PORTUNHOL: THE TONGUE SILENCE**

### **ABSTRACT**

This article aims to study the inextricable frontier sociolinguistic scenario and educational policies that privilege linguistic homogeneity. In the Brazil-Uruguay frontier,

the contact of the Portuguese and Spanish languages originated a merger of dialect, linguistic diversities, thus producing a third code, the Portunhol denominated of Portuguese dialects of Uruguay. This situation cited above represents a case of Hybridism and bilingualism with diglossia. The student, whose mother tongue is the dialect Portunhol, presents a hybrid language, theoretically stigmatized in the school context, which usually causes silence, school failure, low self-esteem and usually dropout of school. In Brazil and Uruguay, the official languages are, respectively, Portuguese and Spanish linguistic policies be directed towards monolingualism. Consequently, the practices are oral; specifically the hybrid variety is quite rare in printed form.

**Keywords:** Brazil-Uruguay frontier, linguistic contact, hybrid.



## INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a questão da política linguística na fronteira do Brasil com o Uruguai, tendo como base autores como Habermas, Calvet, Roland Barthes, Behares, Barrios. Devido à presença de duas línguas no mesmo espaço fronteiriço houve uma necessidade de conexão entre os países, nascendo assim um novo idioma advindo desse cruzamento linguístico.

Comumente isso acontece porque ao falarmos de política linguística no Uruguai é o mesmo que falar de política educativa. Foi resolvido nos países, que a alfabetização na fronteira tinha por obrigatoriedade o ensino ser no idioma nacional. Com isso, houve uma contenção da língua portuguesa tornando-se um idioma minoritário, onde o contingente de brasileiros era maior. Diante desse fato que se estabeleceu na fronteira, houve a necessidade do aprendizado de ambos os idiomas, portanto devido à junção das línguas distintas nasce oportunhol.

Diante do que já foi colocado, fica claro que as questões que envolvem a língua no Uruguai têm sido postergadas a educação. Será que a ideia de que a solução está conectada ao ensino da língua padrão, o espanhol é certo? Isso seria uma problemática política, levantada no século XIX decretada por uma elite cultural e política.

A língua é um agrupamento de regras da linguagem ela é considerada um fenômeno social na proporção que representa a relação que uma sociedade estabelece com o mundo e os sujeitos dessa comunidade. A língua é fruto da apropriação cultural, o sujeito não nasce com a ela, ele se adapta a partir da necessidade de comunicação, a língua manifesta-se junto



com a cultura: um conceito antropológico do antropólogo Roque de Barros Laraia ele fala que

talvez seja mais fácil para o leitor entender a lógica é a coerência de um sistema cultural tratando-o como uma forma de classificação. Muito do que supomos ser uma ordem inerente da natureza não passa, na verdade, de uma ordenação que é fruto de um procedimento cultural. (LARAIA, 2009, 91).

Para tanto, aqui tem o papel importante do professor de ensinar o estudante a se apropriar do conhecimento da língua da forma como ela é, pois a necessidade desse aprendizado é perceptível, mas atualmente “não ensinamos as condições de um conhecimento pertinente, isto é, um conhecimento que não mutila o seu objeto” (MORIN, 2000, p. 20).

Portanto o docente tem uma grande importância, pois ele deve apresentar ao aluno em que situação deve ser usada a língua, se dá forma coloquial ou da forma padrão. Para isso faz-se necessária “a formação dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática” (FREIRE, 2011, p.24). A comunicação é uma das maiores funções da língua, pois através das palavras ditas ou escritas podemos transformar e humanizar.

## **POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS**

Ao falarmos de política linguística não podemos esquecer-nos de mencionar a planificação linguística, e citar que as mesmas não se desassociam, apesar de se



distinguirem. Segundo Calvet (2007), ao passo que a planificação linguística equivale à aplicação do conhecimento estabelecido da política vigente, ou seja, ao trabalho realista empregado na aplicação da mesma, a política linguística é correspondente ao “conjunto de escolhas conscientes efetuadas no domínio das relações entre língua e vida social, e mais particularmente entre língua e vida nacional”, mediando à situação das línguas Calvet, (2007, p. 145). Portanto ao falarmos de política linguística no Uruguai é o mesmo que falar de política educativa, porém tanto no passado quanto no presente, à indagação legal é administrada à escola, como se não ocorresse outras consequências sociais nas questões que envolvem as comunidades bilíngues do país.

Considerando ainda que a política linguística educacional no Uruguai do século XIX desejava edificar um país com uma só língua, para colaborar com a formação de uma identidade nacional, essa atitude era comum para muitos governos da época. Cabe aqui falar que por esse motivo, ficou resolvido no país que, o aprendizado só poderia ser dado na língua espanhol. Observando-se que a política linguística atual só vem tentando instrumentalizar o português uruguaio no universo escolar, enquadraria aqui a questão da mudança do status pretendido, não deveria inserir outros agentes sociais e políticos? No Uruguai, mesmo não havendo uma língua oficial, há uma série de deliberações regimentais dispersas em documentos que regulamentam a atividade social e administrativa, determinando que os textos devam ser em espanhol. Esse evento entrou em vigor em 2008 é reconhecido no texto do Marco Orgânico de Referencia de Las Políticas Linguísticas de La Educación Pública.



Todas as variantes e as questões que envolvem a língua no Uruguai têm sido postergadas apenas à educação. A situação linguística que envolve a fronteira é transferida à escola desde o ano de 1877, intensificando a ideia de que a solução estaria conectada ao ensino da língua padrão, no caso o espanhol. Admitir que a forma do português coloquial, da tradição oral, havendo o não domínio da norma escrita pelos falantes, só adequando-se para as relações familiares, é desconsiderar a dinâmica da sociedade fronteiriça e suas profundas relações com as questões econômicas e sociais que envolvem esses cidadãos durante várias décadas.

De acordo com o que foi reportado acima, nascia à ideia de que, quem não falava espanhol, não eram verdadeiros uruguaios ficando às margens da sociedade. Consequentemente essa atitude é notória na vida social entre os hispano-falantes e os descendentes daquele povo brasileiro na fronteira. Neste contexto, fica claro que a realidade da política linguística como forma de administrar e de interceder os conflitos provenientes de diferenciadas línguas, ou como um modo de marcar conexões de domínio por intermédio das línguas, esse conflito acentuado sobre o ensino bilíngue iniciou quando o MERCOSUL determinou a língua espanhola e o português como idioma oficial do Mercado Comum entre Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina em 1991. O mais preocupante, e constatar que no decorrer desse período, os governos admitiram que a língua portuguesa fosse um problema para a consolidação da República.

Por muitos anos essa atitude política prolongou-se, sem admitir que no norte do Uruguai falava-se certa forma do idioma português Sturza (2005), Behares (2010),



Carvalho (2006, 2010) Waltermire (2012). Em 2003 nos departamentos fronteiriços uruguaios nascia um “Programa de imersão dual de espanhol-português” onde desenvolviam uma educação bilíngue na fronteira com o Brasil.

Desde então, o comportamento da nova geração no Uruguai e Brasil mudou. Fica evidente, que, os estudantes começaram a ficar mais envolvido com o idioma do outro lado da fronteira Carvalho (2006). Portanto, depois de outra luta para convencer o governo e os professores do valor do ensino bilíngue, finalmente cinco escolas experimentais em 2003, iniciaram, o programa de imersão dual.

A língua portuguesa do Uruguai, nombre oficial na bibliografia acadêmica e dos documentos oficiais, foi finalmente reconhecida como parte das línguas nacionais uruguaias. No ano de 2009, como resultado do programa já havia 36 escolas participando e com mais de 7000 alunos. Do lado Brasileiro da fronteira, começou a ser ensinado o espanhol como língua estrangeira Behares (2010). São muito importantes esses programas para o avanço de uma comunidade em que se falam mais idiomas. Como vimos neste capítulo, existem relações muito complexas e conflituosas entre os que são monolíngues, nessas comunidades na zona fronteiriça. Mas com a colaboração desses programas nas áreas perto da fronteira, a comunidade bilíngue cresce e ela será a nova geração de classe média. Isso é um ponto positivo, porque assim talvez resolva os conflitos sociais. A partir desse entendimento das políticas linguísticas torna-se importante explanar sobre a língua e a linguagem.



## LÍNGUA X LINGUAGEM

A língua é uma ferramenta de comunicação, composta por regras gramaticais que constituem a linguagem e se processa na sociedade. Neste contexto, fica claro que para Kock (1998) "a visão de linguagem como inter-ação, ação inter-individual é, portanto, social". O mais preocupante, contudo, é constatar que no âmbito da linguagem exigem-se mudanças correspondentes e não há essas mudanças. Fica evidente que é através dela que o sujeito representa e constitui o mundo ao seu redor. (Habermas, 1989).

Estou convicto de que a ontogênese das perspectivas do falante e do mundo, que leva a uma compreensão descentrada do mundo, só poderá ser esclarecida em conexão com o desenvolvimento das correspondentes estruturas da interação. (HABERMAS, 2003, p. 170)

Como bem nos assegura Koch (1998), a linguagem se dá por meio da interação social. Nesse contexto, fica claro que a língua e a linguagem podem se modificar de acordo com o ambiente em que ela se apresenta. O mais preocupante, contudo, é constatar que nesse estudo, a língua, "Portunhol" não passa de um dialeto, apenas uma forma de se comunicar por ser ágrafa. Esse termo é visto como uma classe sem prestígio, portanto costuma-se argumentar que é uma variedade assimilada de forma natural ou espontânea, usada com membros da família ou da comunidade, ou seja, é a forma como o falante se comunica antes de entrar no sistema educativo, onde se adquire uma variedade formal da língua que normalmente está distante de sua realidade. É preciso, pensar nas diferentes





acepções para este termo. Na ocasião em que Barrios, Elizaincín e Behares, escreveram o livro com o título sugestivo, *Nos falemo brasileiro*, discorrem acerca dos Dialectos portugueses em Uruguay, os chamados DPU, admitem curiosamente não inferir desprestígio nesse modo de falar. Mas sabemos, no entanto, com base nos estudos (Kersch, 2006), que nem sempre é assim. Dessa forma, preocupa o fato de que a classe menos favorecida é a mais afetada com essas questões sociais e políticas, essa variação diastrática que os falantes são submetidos, aconteceu pelo fato de uma necessidade de comunicação.

Conforme explicado acima é interessante, afirmar que a linguagem deve ser encarada como uma forma de interação dos indivíduos de uma sociedade, mas há um fato que se sobrepõe ao Portunhol, pois nossa sociedade decreta qual será nossa forma de comunicação, então ela passa a ser imposta por essa sociedade que acaba por excluí-la. Mesmo assim, não parece haver razão para que ela não deva ser entendida e aceita por todos. É sinal de que há, enfim, uma língua e uma realidade.

Conforme Barthes (1992), a língua provoca uma relação de alienação. Trata-se inegavelmente que através do choque de cultura houve essa transferência de língua pelos sujeitos envolvidos, seria um erro, porém, atribuir agora o fato de que ela seria apenas para comunicação, que está fora do poder. Assim, reveste-se de particular importância o fato que ela tem o poder de comunicação para uma sociedade. Sob essa ótica, ganha particular relevância falar que a língua supera o poder da linguagem.

A autora Koch deixa claro em seu livro que a língua se dá através da interação e da relação dos sujeitos de uma sociedade. Neste contexto, para Roland Barthes a língua se



modifica e antecede o homem. Para Koch, o conceito de língua, seja o sujeito possuidor de suas escolhas e de suas ações. Não é exagero afirmar que o sujeito exerce poder de linguagem é importante saber que nesse contexto de produção comunicativo desencadeou um modo de ensino que privilegia apenas um único uso da língua. Assim, preocupa o fato de que nessa perspectiva, a língua muitas vezes é entendida como homogênea e estática, portanto ela às vezes serve para oprimir, “o que pode ser opressivo num ensino não é finalmente o saber ou a cultura que ele veicula, são as formas discursivas através das quais é proposto” (Barthes, 1992, p.43).

Ora, em tese, como objetivo é conquistar uma concepção tradicional de língua, ir ao encontro de novas maneiras de restaurar a língua. De outro modo, ela prosseguirá existindo de forma dominativa. Não se trata de dizer o que, mas falar o que se abriga a falar, lamentavelmente, conforme explicado acima, isso ocorre porque a política linguística dita às regras, por exemplo, sempre houve alguém tentando legislar, ditar o uso correto da língua (CALVET, 2007). É importante considerar que a língua não nasce com o sujeito ele se apropria dela, seja porque a língua é uma apropriação cultural, nesse caso surge à necessidade de comunicação. Julgo pertinente trazer à baila que nesse contexto há um conjunto de línguas é nessa condição que nasce essa linguagem única, porém plural.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental



da língua. O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN, 2006, p. 125).

O autor deixa claro na citação acima que o diálogo é o que orienta as práticas de linguagem de modo geral. Esse é o motivo pelo qual a interação verbal, é a verdadeira realidade da língua. Conforme citado acima Bakhtin, argumenta que "o signo social estão indissolavelmente ligados" (2006, p.16), por esse motivo que a realidade da enunciação é a realidade da língua. Dessa forma a língua deixa de ter essa visibilidade de ser apenas um sistema ou um código homogêneo e passa a ser vista como ela é heterogênea.

Fica evidente, diante desse quadro que a língua não pode ser um obstáculo ela existe para interação dos sujeitos de uma determinada sociedade. Espera-se, dessa forma, que ela seja vista como instrumento de comunicação e não de exclusão. Vê-se, pois, que essa realidade não se aplica nos meios sociais. Mesmo assim, não parece haver razão para que não seja ensinada nas instituições escolares. É preciso ressaltar que deva ser estudada e criada uma gramática para deixar de ser uma língua ágrafa. Na próxima seção vamos discorrer sobre o fato que parece contribuir para o silêncio de uma língua.

## **HIBRIDISMO, BILINGUISMO E DIGLOSSIA: O SILÊNCIO DE UMA LÍNGUA.**



Falar sobre o silêncio de uma língua pode repercutir em um primeiro momento desinteressante e pouco importante para pensar a linguagem, esse silêncio seria o nulo, o impossível. É nessa definição que pensamos o silêncio: a falta presente, a ausência ressoante, o calar que grita. É dessa forma que analisamos o silêncio da língua no espaço escolar da fronteira, pois estamos falando do silêncio de ordem física, portanto não há uma materialidade fônica ou gráfica. Conforme Kristeva (1994):

No início, foi uma guerra fria com o novo idioma, desejado e rejeitador: depois a nova língua lhe cobriu como uma calmaria de águas estagnadas. Silêncio, não o da cólera que empurra as palavras para a fronteira entre a ideia e a voz, mas o silêncio que esvazia o espírito e enche o cérebro de abatimento, como o olhar de mulheres tristes, envolto por alguma espécie de eternidade inexistente. (p. 24)

Viver entre dois ou mais sistemas linguísticos onde há uma mistura de vocabulários e que o sujeito é imposto a usar a língua em determinados cenários ou com finalidades diferentes, distancia o aluno da sala de aula.

No contexto da fronteira uruguaia, o conceito de diglossia adapta-se na concepção de Fishman (1967), ao compará-la com o bilinguismo e as diferentes funções que cada língua tem.

Segundo o autor citado acima, o bilinguismo e diglossia que se dá no espaço escolar é a presença de duas línguas, contudo a primeira seria uma caracterização do



comportamento linguístico individual, enquanto diglossia é uma caracterização da organização linguística em nível sociocultural. Como bem nos assegura Elizaincín (1979), o bilinguismo e diglossia nesse espaço é o contato linguístico entre dois idiomas que ocorre nas fronteiras de contato, mas especificamente nesse estudo iremos abordar a fronteira do Brasil com o Uruguai, geneticamente relacionados, surgindo desse contato uma nova mudança de código conhecido como Portunhol que é denominado como dialetos do português do Uruguai (DPU).

Para Calvet (2007) diglossia e bilinguismo na escola facilitam explicar a mobilidade linguística, aspectos que são abrangentemente descritos pela sociolinguística, ciências que estuda o comportamento linguístico dos indivíduos de uma comunidade e como é decretada pelas relações sociais, há um distanciamento das línguas presente na fronteira, que é sentido pelos sujeitos, causando constrangimento, pois eles são obrigados a falarem a língua em uma determinada situação e de uma determinada maneira, essas minorias são prejudicadas por essas leis que rege a língua. Conforme descreve Calvet em seu livro:

A lingüística nos tem ensinado que as línguas não podem ser decretadas, mas que são produtos da história e da prática dos falantes, que elas evoluem sob a pressão de fatores históricos e sociais. (2007, p. 85)

Como se pode verificar, o bilinguismo e diglossia nesses espaços são aplicados na área da sociolinguística e se aplica aos falantes de uma comunidade, o sujeito falante dessa chamada variedade baixo tem influência sobre a língua e usa de habilidades linguísticas



para contra-arrestar a dominação social da língua. Evidentemente a aplicação pode ser utilizada para acabar com o distanciamento e a estigmatização do sujeito, essa variedade que só é falada no lar acaba distanciando o aluno da escola e do meio social. Esse distanciamento é atribuído pelo fato de ser uma língua usada por grupos linguísticos minoritários, em razão de não haver uma satisfação com o mesmo valor no ambiente em que são usufruídas, uma vez que, em tais áreas, geralmente já há variedade modelo, formal, de prestígio, que por sua vez, antecipa “a existência de relações de poder de uns (Estados) sobre outros (usuários das línguas)” (Barrios, 1996, p.85).

Bilinguismo e diglossia na instituição escolar permitem da outro sentido à expressão "direito a língua". O ato de não pronunciar a língua do Estado priva o indivíduo de infinitas expectativas sociais, e julgamos que todo cidadão tem direito à língua do Estado, isto é, que ele tem direito à educação, a alfabetização etc. Porém o princípio de defesa das minorias linguísticas faz com que, paralelamente, todo cidadão tenha direito a sua língua. De acordo com Barrios (2008), contexto do português uruguaio tornou-se específico, pois difere das outras minorias linguísticas que sumiram ou se ocultaram sob o espanhol:

La peculiaridad lingüística de la región ha sido insistentemente concebida como “el problema” por antonomasia de la política lingüística estatal. Se trata, en efecto, de la única minoría lingüística autóctona de Uruguay que tiene posibilidades reales de mantenimiento de lengua, ya que las minorías migratorias arribadas desde mediados del siglo XIX hasta mediados del siglo



XX están desde hace tiempo en franco proceso de asimilación. (BARRIOS, 2008, p. 79)

Conforme a citação acima, no século XIX, houve o desaparecimento das línguas indígenas, evento decorrente da própria extinção das populações originárias, fruto das políticas expansionistas. O outro acontecimento refere-se à situação do italiano que, independentemente de retratar uma importante referência cultural, acabou sendo incorporado ao espanhol.

Diglossia e bilinguismo funcionam como veículo de afastamento do meio social, pois essa variedade dita baixa só é usada para comunicação oral deixando de fora o sujeito que não fala a tão respeitosa variedade alta, a língua dos meios sociais. Cita-se, como exemplo: duas línguas faladas em uma mesma região geográfica, elas variam de prestígio e são usadas em situações diferentes de uso, portanto em espaços de educação o ensino aprendizagem a variedade alta é facilitado, pois foram produzidos instrumentos normativos e didáticos, como dicionários e gramáticas, contudo a variedade baixa é desprovida desses instrumentos, a falada variedade alta não é a língua materna de ninguém, de modo que ela é ensinada mediante escolarização do sujeito. Ainda para Calvet.

(...) há dois tipos de gestão das situações linguísticas: uma que procede das práticas sociais e outra da intervenção sobre essas práticas. A primeira que, denominaremos de gestão in vivo, refere-se ao modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam



cotidianamente. Essa gestão resulta em “línguas aproximativas” (...) a do poder, a gestão in vitro. Em seus laboratórios, linguísticos analisam as situações e as línguas, as descrevem, levantam hipóteses sobre o futuro das situações linguísticas, propostas para solucionar os problemas e, em seguida, os políticos estudam essas hipóteses e propostas, fazem escolhas, as aplicam. (CALVET, 2007 p. 69-70).

Nesse sentido, o bilinguismo e diglossia escolar permite refletir sobre o papel da escola na formação e no conhecimento do sujeito. É através da interação com os diversos grupos sociais que se dá à integração entre os educandos contribuindo para o desenvolvimento individual e social. Sobre essas questões analisaremos o conceito a partir dos pressupostos de Lev Vygotsky e Mikhail Bakhtin que sustentam a visão de um sujeito interativo, social e participativa sendo a língua e a linguagem, portanto, reflexo das relações sociais. Vygotsky ressalta que o sujeito deve ser ativo, mas também deve ser interativo, pois é dessa forma que ele constitui conhecimento a partir de relações intra e interpessoais. É nessa troca com outros indivíduos e consigo próprio que se internalizam conceitos, papéis e funções sociais. Bakhtin questiona que o nascimento físico do sujeito não lhe permite o ingresso na história, pois o homem só existe após o nascimento social. Portanto fora desse cenário real, não tem existência. Só como membro de um grupo social, de uma determinada classe social é que o indivíduo interage e participa de uma realidade e de uma cultura. Portanto de acordo com Vygotsky e Bakhtin, a língua de cada um se constrói e se





reconstrói, e se desenvolve na e pela interação social. Partindo desses pressupostos a língua materna aquela que a criança aprende ao nascer, é também libertadora e o seu conhecimento é um requisito para uma cidadania plena e um fator importante no desenvolvimento da reflexão crítica.

Logo, é importante compreender que o bilinguismo e diglossia na região fronteiriça não estão estabilizados dados à diferença no nível de domínio de uma das línguas bem como por suas características enquanto línguas em situação de contato. Nesse sentido, vamos exemplificar diglossia e bilinguismo no espaço escolar como línguas, são usadas em contextos diferentes para o social, escola e família, perante tais questões é preciso promover um movimento maior, começar a considerar essa diversidade linguística e cultural.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento dessa pesquisa proporcionou analisar como as línguas na fronteira estão distanciando os alunos da sala de aula, uma reflexão de como olhar para o falar do aluno bilíngue que se afasta da visão que preconcebe do bilinguismo ideal.

De modo geral, o bilinguismo está ancorado na homogeneidade, mas ainda sim essa direção leva a uma perspectiva que privilegia a multiplicidade, a complexidade linguística e



cultural e ainda a inalterável mutação. No cenário fronteiriço buscam-se alternativas para as políticas educacionais e linguísticas.

Diante do que foi mencionado acima tudo condiz com o alerta de Bortoni e Dettoni (2003), ambos afirmam que ao desconsiderar a multiplicidade linguística e as diferenças culturais no contexto escolar e no entorno social significa contribuir para que sejam mantidas e ampliadas as diferenças sociais.

Pode haver uma ação de reconhecimento e valorização dessa identidade pessoal, social e cultural. A intervenção do educador pode contribuir com o seu papel social de transformar o aluno em cidadão crítico e capacitado para enfrentar a realidade não só do âmbito escolar, mas também social. Sendo assim, o professor tem um papel importante no processo de aprendizagem do aluno, na construção do próprio conhecimento e da ética.

Dada à importância do tema, torna se necessário o desenvolvimento do estudo para que possa desencadear competências e habilidades para garantir um ensino das línguas, pois elas trazem características próprias que enriquecem a pluralidade cultural, dessa forma que venha a atender as diferentes necessidades dos alunos e, assim, efetivar uma prática pedagógica diferenciada.

Nesse sentido, a utilização de recursos para aprendizagem das línguas na escola permitem os professores mediar o processo ensino/aprendizagem de uma forma mais enriquecedora, motivando o aluno a ter mais vontade de participar da vida escolar, aprender e contribuir para que a aprendizagem seja realmente significativa. Vale ressaltar que a língua é episteme, um saber produzido na escola, à fala a doxa que é natural do ser humano.



Essas reflexões devem contribuir para propor um modelo educacional que vise a incluir todos os alunos na sociedade de maneira mais justa e igualitária.

## **REFERÊNCIAS**

Ana Maria Carvalho Ana (Org). Português em contato. Madrid: Ibero americano Vervuert  
2009.



- BAKHTIN, Mikhail (Volochninov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. [1929] 12. ed.  
Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARRIOS, Graciela. *Planificación lingüística e integración regional: el Uruguay y la zona de frontera*. In: A Menine Trindade e L.E. Behares (orgs). *El presente de la dictadura. Estudios y reflexiones a 30 años Del golpe de Estado em Uruguay*. Montevideo, Trilce.
- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 2015.
- BEHARES, Luís Ernesto (2004). *Portugués Del Uruguay y educación fronteriza*. Montevideo: ANEP-CO-DILEN.
- BEHARES, Luis Ernesto. *Apresentação Educação fronteiriça Brasil/ Uruguai, línguas e sujeitos. Pro-posições*, Campinas, Vol. 21, No. 3 (63), p. 17-24, (set./dez. 2010).
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Problemas de comunicação interdialetoal**. *Tempo Brasileiro*. n. 78/79, P. 9-32, jul./dez., 1984.
- \_\_\_\_\_. DETTONI, R. V. **Diversidades linguísticas e desigualdades sociais: aplicando a pedagogia culturalmente sensível**. In: COX, M. P.; ASSIS-PETERSON, A. **Cenas de sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 81-104.
- CARVALHO, Ana Maria. *Políticas linguísticas de séculos passados nos dias de hoje. O dilema sobre a educação bilíngüe no norte do Uruguai*. Em: *Language problems & Language planning*, Vol. 30, No. 2, p. 149-171, (2006).



CARVALHO, Ana Maria; BROVETTO, Claudia; GEYMONAT, Javier (2007).

Diagnóstico sociolingüístico de comunidade escolares fronterizas en el norte de Uruguay. Em: Português del Uruguay y educación bilingüe. Montevideo: Administración Nacional de Educación Pública, p. 44-96.

CARVALHO L. Gabrielle, (2011). O contato linguístico português-espanhol na fronteira entre Brasil e Uruguai: estado da pesquisa e perspectivas futuras. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, Departamento de Línguas Modernas.

Documentos de la comisión de políticas lingüísticas en la educación pública. Montevideo: Administración Nacional de Educación Pública, Consejo Directivo Central, 2008.

ELIZAINCÍN, Adolfo. Algunas precisiones sobre los dialectos portugueses del Uruguay. Montevideo-Uruguai: División de Publicaciones y Ediciones/Universidad de la República – Montevideo, 1979.

FISHMAN, J. A. Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism. *Journal of Social Issues*, v. 23, n. 2, p. 29-38, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 2003.

KOCH, Ingedore Villaça. *A Inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1998.

KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.



KERSCH, Dorotea Frank. A construção relativa na língua falada. Enfoque na fronteira bilíngue do Brasil com o Uruguai, comparado ao espanhol e ao português rio pratense e europeu. Kiel: Westensee Verlag Kiel, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. 24<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez, 2000.

STURZA, Eliana Rosa. Línguas de fronteira: O desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. Em: Ciências Culturais, Vol. 57, n. 2, (São Paulo: 2005).

WALTERMIRE, Mark. The differential use of Spanish and Portuguese along the Uruguayan Brazilian border. Em: International Journal of Bilingual Education and Bilingualism, Vol. 15, No. 5, 509-531, (2012).